

## INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O REAL E O IDEAL DA PRÁTICA INCLUSIVA

Lucelia Mateus Lima<sup>1</sup>

Everson Manjinski<sup>2</sup>

Barbara Gomes<sup>3</sup>

**Resumo:** Com o propósito refletir sobre a efetivação da inclusão de alunos com deficiência ingressos no ensino superior, o presente artigo traz reflexões a certa da educação inclusiva no âmbito das práticas pedagógicas diante do novo paradigma da educação inclusiva que exige das instituições de ensino superior apoio as políticas educacionais os levando a práticas inclusivas no ambiente universitário. O objetivo da pesquisa é discutir sobre as implicações existentes no processo inclusivo para que se efetive uma educação de excelência que contribua para o processo educativo da pessoa com deficiência. Analisar a política de educação inclusiva, compreender a realidade do processo inclusivo dentro das universidades, além refletir sobre as ações existentes com vista a efetivação de práticas significativas para a formação profissional do acadêmico. O artigo busca reflexão através do confronto das práticas pedagógicas existentes frente a política de inclusão, e assim dentro desta perspectiva encontrar ações efetivas para inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

**Palavras-chave:** Práticas inclusivas. Ensino superior. Aprendizagem.

### INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION: Between the real and the ideal of inclusive practice

**Abstract:** With the purpose of reflecting on the effective inclusion of students with disabilities entering higher education, this article brings reflections on inclusive education within the scope of pedagogical practices in view of the new paradigm of inclusive education that requires higher education institutions to support policies educational programs leading them to inclusive practices in the university environment. The objective of the research is to discuss the implications of the inclusive process so that excellent education can be implemented that contributes to the educational process of people with disabilities. Analyze the inclusive education policy, understand the reality of the inclusive process within universities, in addition to reflecting on existing actions with a view to implementing significant practices for the professional training of academics. The article seeks reflection through the comparison of existing pedagogical practices in relation to inclusion policy, and thus, within this perspective, find effective actions for the inclusion of students with disabilities in higher education.

**Keywords:** Inclusive practices. University education. Learning

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: limapedagoga@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Direito e licenciado em Letras (UEPG). Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). E-mail para contato: emanjinski@uepg.br

<sup>3</sup> Professora de Educação Infantil, no Município de Araucária- Pr. Graduada em Pedagogia e Gestão do Meio Ambiente. Mestranda em Educação Inclusiva. PROFEI/UEPG 2023. E-mail para contato: barbaracouto1@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiências tem gerado algumas discursões entre profissionais e familiares que buscam uma qualidade de vida onde seja oportunizados a elas o pleno exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática.

A discursão a que nos referimos diz respeito a implementação de práticas inclusivas no contexto educacional de alunos com deficiência que vem se modificando ao longo da história, tendo caracterizado diferentes paradigmas nas relações das sociedades.

A educação especial e inclusiva constitui hoje a escola contemporânea, sendo um novo campo de estudo da pedagogia que perpassa todos os níveis de ensino desde a educação infantil ao ensino superior. É preciso uma base sólida educativa para que se alcance o ensino superior com autonomia educacional frente as suas limitações. Embora a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) abranja todos os níveis de ensino, inclusão e acessibilidade no ensino superior ainda são temas pouco abordados no país.

Segundo Fernandes (2006), até o século XVII não havia na sociedade a preocupação em oferecer atendimento educacional às pessoas consideradas “diferentes” das demais. Assim, as pessoas com deficiência permaneceram às margens da sociedade em razão da sua condição física, sensorial e/ou cognitiva.

A educação especial trespassou por profundos transformações durante o século XX. Orientada pela lutados movimentos sociais que exigiam maior igualdade entre todos os cidadãos e a superação de todas as formas de discriminação, a fim de promover a integração dos alunos com deficiência.

Assim, a educação especial brasileira tem seu marco histórico com a criação destas instituições que visavam o atendimento aos alunos com deficiência. Incluí-las na rede educacional não significa proporcionar o acesso através da matrícula, vai muito além e nesse sentido a acessibilidade amplia seu real significado.

Para a inclusão do aluno com deficiência é preciso a promoção da permanência e do pleno desenvolvimento educativo, e para tal deve-se ofertar condições básicas para o seu desenvolvimento dentro do sistema escolar. Os entraves do processo

inclusivo envolve vários questionamentos sobre a efetivação de práticas inclusivas e chegar ao ensino superior significa ter vencido várias etapas e a consolidação de um cidadão que está procurando firma sua identidade profissional. Nesta pesquisa trazemos como problema o seguinte questionamento: frente a Política Nacional de Educação Inclusiva o real e o ideal de educação especial se aproxima ou se distanciam? As pessoas com deficiência estão tendo todo o aparato para que possam adquirir o conhecimento e os colocar em pratica seja na sua vida pessoal ou profissional?

O presente artigo tem a intenção de provocar reflexões sobre as implicações existentes no processo inclusivo no ensino superior para que se efetive uma educação de excelência que contribua para o processo formativo da pessoa com deficiência. Bem como analisar a política de educação inclusiva, compreender a realidade do processo inclusivo na universidade e refletir sobre as ações existentes com vista a efetivação de práticas significativas.

## **INCLUSÃO: UMA REALIDADE NECESSÁRIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Ao longo dos anos o Brasil, vem criando instrumentos norteadores da ação educacional e documentos legais que apoiam a construção de sistemas inclusivos nas diferentes esferas públicas: municipal, estadual e federal.

As instituições de ensino por sua vez, deve ter conhecimento dos instrumentos que orientam o sistema educacional, e assim reconhecer dos aspectos legais da educação especial, afim de rever suas práticas oportunizando a inclusão de todos os estudantes.

Efetivar a inclusão, é preciso (...) transformar a escola, começando por desconstruir praticas segregacionistas. (...) a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais (Figueredo, 2002, P.66).

E através destes documentos foi possível pensar em uma nova forma de assegurar o direito das pessoas com deficiência, pois integrar já não atendia a demanda das especificidades da pessoa com deficiência. Surgindo então, novos

termos para melhor adequar a proposta para a acessibilidade das pessoas com deficiência.

A Declaração de Salamanca, 1994, veio reafirmar tal proposta, defendendo que as pessoas com deficiência devem ter acesso as escolas comuns, que deverão integra-las numa pedagogia centrada no aluno com deficiência, sendo capaz de atender suas especificidades. Estamos diante de uma nova concepção que garante não só o acesso, mas a permanência e desenvolvimento das pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro.

Para Mantoan (2003, p.28), “as pessoas com deficiência precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”. A inclusão de alunos com deficiência na rede regular exige uma nova postura pedagógica frente aos desafios educacionais, pois trata-se de uma política, cultural, social e pedagógica, onde se oportunize o direito pela educação” “sem ações discriminatória”.

A inclusão traz um novo significado para a ação pedagógica, e oportuniza uma reestruturação no fazer pedagógico pautado no compromisso com o processo ensino-aprendizagem.

Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua ‘socialização’. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (Glat; Pletsch; Fontes, 2007, p. 344).

A educação inclusiva não significar oportunizar acesso, mas dar condições para que o aluno tenha suas especificidades educativas atendidas e assim, possam se desenvolver. Porém ao mencionar o ensino superior de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LEI nº 9.394/1996) o acesso se faz por meio da conclusão do ensino médio via teste seletivo classificatório assim como os demais não fazendo referência as pessoas com deficiência público alvo da educação especial.

A Lei nº 9. 394/96 que trata das diretrizes educacionais assegura que os sistemas de ensino devam adequar-se tanto em relação ao currículo, metodologia de ensino, recursos para que as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário

com vista a efetivação do processo ensino-aprendizagem, sendo que não há menção ou orientação para o ensino superior sendo direcionada à Educação Básica.

A organização do ensino superior frente a demanda da inclusão de pessoas com deficiência vem ser discutida no Brasil por meio do documento organizado na Conferência Mundial de Educação Superior, Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação (Unesco, 1998). Que tem como objetivo de prover soluções para estes desafios e de colocar em movimento um processo de profunda reforma na educação superior.

Visto que para promover a acessibilidade e garantir a permanência além de objetivos em relação aos aspectos do processo de ensino-aprendizagem o Programa Incluir viabilizou a criação de núcleos de acessibilidade no ensino superior nas instituições federais como forma de garantir o acesso das pessoas com deficiência a esse nível de ensino, onde seria feita a reestruturação do acesso à universidade, recursos a receber e ampliação e implantação de serviços.

Quando falamos da inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional nos referimos à prática de garantir a todos os estudantes oportunidades iguais de acesso, participação e sucesso acadêmico. Vigotsky (1977), “o educador deve ter estratégias diferenciadas para atender os alunos, já que todos não detêm o mesmo conhecimento, nem aprendem de forma igual.” Assim, se faz necessário aperfeiçoar a prática pedagógica em vista a atender as necessidades existenciais dos acadêmicos.

É visto que a inclusão do ensino superior envolve uma série de ações tanto políticas como práticas pedagógicas. Garantir o acesso requer um planejamento efetivo sobre o apoio educacional do acadêmico, as adaptações tanto das barreiras arquitetônicas quanto curriculares e capacitação do corpo docente.

A inclusão no ensino superior é uma abordagem holística que requer colaboração entre a administração da instituição, professores, funcionários de suporte e a comunidade estudantil. Ao adotar práticas inclusivas, as instituições de ensino superior podem promover a equidade e criar oportunidades educacionais mais justas para todos os estudantes.

Para Lehmkuhl (2022, p.34), o processo formativo do ser humano é mais complexo do que oferecer recursos de acessibilidade, ou seja, precisa ser mediado pelo ensino e pelas relações sociais estabelecidas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência incumbe o poder público de assegurar o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”, acentuando a inclusão de “conteúdos curriculares, em cursos de nível superior [...], de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”. (Brasil, 2015).

Assim, dentro do contexto inclusivo as propostas está em organizar não só acesso e permanência, mas garantir o sucesso acadêmico frente as propostas curriculares de ensino. Os acadêmicos com deficiência chegam a universidade com algumas peculiaridades educativas que não foram sanadas na educação básica e por sua vez dificultam o processo ensino aprendizagem. E diante do contexto inclusivo os docentes trazem questionamentos em relação à Políticas de inclusão existente, Leis e decretos, as ações efetivas na academia e programas que venham contribuir para o desenvolvimento do aluno com deficiência. A educação superior precisa organizar suas ações com foco na aprendizagem dos estudantes e formação do corpo docente para atender as demandas dos sistema acadêmico.

A inclusão é uma realidade que presente nos cursos de graduação e o que presenciamos são orientações sem profundidade e muitas vezes frente ao novo paradigma da inclusão educadores ficam aquém do processo por se depararem com estrutura mínima em algumas instituições. É preciso mais do que leituras e conhecimento das Leis vigentes sobre inclusão, necessita-se de ação e reflexão sobre as práticas educativas existentes e o ideal de inclusão. Para melhor compreensão e reflexão da pratica inclusiva mostraremos a seguir dados que comprovam a inserção de alunos com deficiência nas universidades uma realidade que nos confronta com o real e o ideal ações inclusivas no contexto educacional.

## INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: UMA REALIDADE EM CONSTRUÇÃO

As matrículas de alunos com deficiência ingressos no ensino superior aumentou significativamente, pois atualmente é perceptível a presença das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico frutos das lutas dos movimentos pela inclusão na busca pela prevalência dos direitos humanos de forma justa e igualitária.

De acordo com o censo da educação superior em 2019 aumentou 144,83% o número de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro. Apesar do amparo legal e da oferta de oportunidade esse quantitativo corresponde a menos de 1% do total de matriculados em cursos de graduação no País. Apresentaremos as tabelas dos percentuais de 2009 a 2019 para melhor compressão.

**Tabela 1** - Número de matrículas de estudantes com deficiência e número total de matrículas no Ensino Superior brasileiro (2009-2019):

Ano	Alunos com deficiência	Porcentagem do total	Total de matrículas
2009	20.530	0,34%	5.985.873
2010	19.869	0,31%	6.407.733
2011	22.455	0,33%	6.765.540
2012	26.663	0,38%	7.058.084
2013	29.221	0,40%	7.322.964
2014	33.475	0,43%	7.839.765
2015	37.986	0,47%	8.033.574
2016	35.891	0,45%	8.052.254
2017	38.272	0,46%	8.290.911
2018	43.633	0,52%	8.451.748
2019	48.520	0,56%	8.604.526

Fonte: INEP (2020)

É visto que com o aumento da matrícula de alunos com deficiência no ensino superior a demanda em relação a acessibilidade em seus variados aspectos, seja estrutural, recursos humanos, financeiros e adaptações curriculares urge em serem atendidas para que possamos ofertar e garantir a qualidade do ensino e oportunizar a promoção dos princípios dos direitos humanos que prima não só em “estar junto”, mas de participar por igual e justa para que tenham suas peculiaridades atendidas, e assim a inclusão seja celebrada efetivamente.

Para Sanfelice (1989, p.36), a preocupação do ensino é garantir o acesso aos conhecimentos sistematizados socialmente disponíveis, independente do ponto de partida que se fizer necessário para o início da ação pedagógica. Acreditamos que um dos entraves do processo inclusivo é a efetivação de práticas pedagógicas, onde a objetividade do ensino seja atingida.

Penso que caberia, sob as lentes da Pedagogia Histórico-Crítica, empreender o levantamento e estudo sistemático dos métodos que caracterizaram o ensino de pessoas com deficiência ao longo da história, para, a partir deles, repensarmos a organização do trabalho didático em tempos de inclusão escolar (Bezerra, 2016, p.279).

Não há como promover a acessibilidade sem uma mudança da prática ou melhor dizendo sem um estudo sobre e reformulação e adaptação no processo de ensino aprendizagem, ter um ambiente favorável, com recursos tecnológicos, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, os núcleos de acessibilidade, se não mudar a postura pedagógica, não direcionar o olhar para o fazer didático as políticas de inclusão perde seu significado, pois trata-se de uma ação conjunta.

O sistema educacional brasileiro com vista na inclusão de alunos com deficiência passa por transformações adequações e a formação do profissional para atender o público alvo da educação especial é necessária para que possamos melhorar a práxis.

Para Mantoan (2010), dentro do contexto da legislação e das políticas públicas é imposto novos posicionamentos educacionais visto que a falta de esclarecimento ainda é uma das grandes barreiras geradas pelo sistema de ensino, onde as ações da equipe pedagógica é insuficiente para atender a necessidades de todos os alunos.

Segundo Mendes (2006, p. 401), “faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas classes comuns”.

Figueiredo (2010, p. 13), a Educação Inclusiva enfrenta diversas dificuldades, dentre estas, as atitudes de educadores que ignoram os princípios norteadores da inclusão, alegando incapacidade e/ou despreparo para trabalhar com crianças que apresentam algum tipo de deficiência.

Portanto entendemos que não basta atender o que preconiza as Leis, Decretos e demais documentos que orientam o sistema educacional inclusivo, é preciso ter conhecimento histórico-social para análise e contextualização da realidade, pois romantizar e otimizar a pedagogia inclusiva é um percurso longínquo sem definição de chegada, ou seja precisamos estudar a fundo sobre o processo inclusivo a quem se destina, para quê e como proceder para que tenhamos resultados satisfatórios levando em consideração os pontos positivos e vendo o erro como fonte de virtude para ressignificação das práticas inclusivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sala homogênea, uma utopia frente a diversidade de aquisição de saberes. Na educação nos deparamos com uma diversidade de práticas metodológicas para que consigamos atingir o objetivo do ensino, a aprendizagem. A aprendizagem é uma resposta à didática utilizada no ambiente acadêmico.

Ora, se um número significativo de alunos conseguiram atingir a proposta didática, é visto que as estratégias usadas foram eficazes, porém quando nos referimos aos discente do ensino superior estamos falando de jovens e adultos que já possui uma maturidade educacional, e é o que se espera, mas nem sempre, muitos acadêmicos adquirem maturidade educativa dentro da academia, onde busca sanar suas especificidades educativas para que possam se desenvolver ao longo do processo.

E as pessoas com deficiências? Advindas em sua maioria da rede pública que é a que oferece um atendimento especializado a parte da sala regular, sendo

ofertada no contra turno da classe comum. Porém alguns alunos chegam à universidade sem adquirem as competências e habilidades exigidas, sendo um grande obstáculo na ação metodológica de ensino.

Para alunos surdos acredita-se que o interprete de LIBRAS resolve enquanto alguns, ainda encontram-se em processo de aquisição do português escrito. As demais deficiências são encaminhadas para os núcleos de apoio e em algumas instituições são disponibilizado o profissional de apoio pedagógico. É relevante mencionar o relatório de desenvolvimento individual do aluno referentes aos anos anteriores aos que frequentaram o Atendimento Educacional Especializado – AEE, muitos desses relatório permanecem na escola e neles contém informações importantíssimas para dar continuidade e adequar a sua práxis às peculiaridades do aluno.

E, é essa a realidade de muitas instituições de ensino superior, mas o que queremos de fato e de direito que esse aluno adquira sucesso educacional e possamos devolver à sociedade um profissional competente, e que em um futuro ao vê-los em exercício profissional nos enchamos de orgulho para dizer: “ele foi meu aluno”. Todo educador se gratifica com o sucesso do seu aluno.

Para vivenciar a efetiva inclusão precisamos nos comprometer e ampliar os horizontes do conhecimentos, concordamos com Freire (1996, p.14), quando afirma que não há pesquisa sem ensino e ensino sem pesquisa[...] pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

A Educação inclusiva requer de nós educadores estudo, análise, confronto de ideias, erros e acertos para ressignificar nosso exercício pedagógico, pois estamos trilhando um caminho para uma efetiva pratica inclusiva, onde todos possam aprender, pois o ideal de ensino nasce da práxis.

Diante do exposto reforçamos a urgência de ações voltadas para a aprendizagem dos alunos incluídos no ensino superior, precisamos auto avaliar nossa didática e dar sentido ao ensino. E assim finalizamos, sua pratica pedagógica se aproxima ou se distancia do ideal de práticas inclusivas? Nosso instrumento é o conhecimento e para que possamos abrir as mentes, precisamos estar abertos, abertos ao novo propósito de ensino.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovani Ferreira. **Enquanto não brotam as flores vivas: crítica à pedagogia da inclusão**. 2012. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015 (Lei Ordinária). 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

FERNANDES, Cleonice Terezinha. **A construção do conceito de número e o prósoroban**. Brasília: MEC/Seesp, 2006.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, E. G.; SOUZA, V. C. (org.) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FIGUEIREDO, R. V. **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar** (Organização). – Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade e PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2013.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11 n.33 set/dez 2006.

LEHMKUHL, Márcia de Souza; FRÖHLICH, Raquel (Org). **Inclusão no Ensino Superior: políticas, práticas e formação de professores na FAED/UDESC**. Campo Grande: Editora Inovar, 2022. 177p.

SANFELICE, José Luís. Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os “deficientes mentais”. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 23, p. 29-37, 1989. (Edição Especial).

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LURIA, A. R., VYGOTSKY, L. S., LEONTIEV, A. N. **Psicologia e pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento** (pp. 3150). (A. Rabaça, Trad.). Lisboa: Estampa, 1977.

ZAMBONI, Silvio. **A Pesquisa em Arte: um paralelo entre arte e ciência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

*Recebido em 23/04/2024*

*Versão corrigida recebida em 12/06/2024*

*Aceito em 20/07/2024*

*Publicado online em 30/08/2024*